



**Vol 7, Nº 17 (diciembre/desembro 2014)**

## **A CULTURA E A TRADIÇÃO NO IMAGINÁRIO SOCIAL: AÇÃO SIMBÓLICA NO PATRIMÔNIO E NO TURISMO<sup>1</sup>**

**Leandro Benedini Brusadin**

Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto

Pós-Doutorando pela EACH / USP

E-mail: [leandro@turismo.ufop.br](mailto:leandro@turismo.ufop.br)

### **Resumo**

A cultura e suas formas de representação, tal como a tradição, possuem um poder simbólico no imaginário social que é representado pelo patrimônio cultural e praticado pela atividade turística. Essas interlocuções contemporâneas se fazem presentes na composição do patrimônio cultural e o seu aproveitamento para o turismo. Esse artigo objetiva associar a cultura e seu poder simbólico no imaginário social às apropriações do patrimônio e seu uso turístico. A metodologia baseia-se no debate epistemológico de autores como Pierre Bourdieu (2002), Bronislaw Baczko (1985) e Eric Hobsbawn (1984). É mister compreender as razões das diversas apropriações do passado, desde a invenção de uma tradição até a incorporação de mitos do passado, em um caminho pelo qual a História reflete as representações desse processo histórico e o Turismo se utiliza disto para melhor compreender a atividade e o comportamento dos turistas e da própria comunidade receptora. Conclui-se que os conceitos de cultura, tradição, poder simbólico e imaginário social se apresentam ao Turismo como uma nova forma de entendimento de sua atividade e do conseqüente aprimoramento de seu campo teórico.

**Palavras - chave:** cultura, tradição, imaginário social, turismo, patrimônio.

### **Abstract**

The culture and its forms of representation, such as tradition, have a symbolic power in the social imaginary that is represented by the cultural heritage and practiced by the tourist activity. These contemporary dialogue are present in the composition of the

---

<sup>1</sup> Artigo oriundo de Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca.

cultural heritage and their advantage for tourism. This article aims to associate the culture and its symbolic power in the social imaginary to its appropriations of heritage and tourist use. The methodology is based on the epistemological debate of authors such as Pierre Bourdieu (2002), Bronisław Baczko (1985) and Eric Hobsbawm (1984). It is necessary to understand the reasons of the various appropriations of the past, since the invention of a tradition until the incorporation of myths of the past in a way by which the History reflects this historical process of representations and the Tourism uses this to better understand the activity and behavior of tourists and the receiving community. It is concluded that the concepts of culture, tradition, social imaginary and symbolic power present themselves to tourism as a new form of understanding of its activity and its following improvement of theoretical field.

**Keywords:** culture, tradition, social imaginary, tourism, heritage.

## **1. Introdução**

Este artigo busca analisar algumas interfaces teóricas entre o patrimônio cultural e a atividade turística e, ainda, possui o intuito de contribuir nesse debate realçado como imprescindível para a construção interdisciplinar nesses campos científicos. A relação entre essas áreas é visível ao situar o movimento de turistas e excursionistas em cidades coloniais, museus, igrejas e demais atrativos culturais. Também se pode fazer uma analogia do turismo com o patrimônio na oferta de artesanatos, gastronomia e alguns costumes tidos como antigos e referenciais de uma dada localidade. Não obstante, algumas vezes, não é perceptível se estes bens culturais tiveram origem no próprio patrimônio - entendido como resultado cumulativo da produção do grupo ao longo de sua história - ou se a atividade turística os fez nascer em prol das necessidades de lazer e de consumo da nossa sociedade, constituindo uma releitura do passado para ser usufruída pela experiência turística de visitação ao local no presente. A história representada pelo patrimônio cultural é motivo de contemplação para uma parcela da população que a considera como parte da sua história e, também, para quem deseja ser identificado como culto se apropriando dos conhecimentos relativos a essa mesma história, incorporando a prática da visitação enquanto representação do seu capital cultural.

A cultura e a tradição por meio do seu poder simbólico implícito e atribuído ao patrimônio cultural por uma elite política e intelectual transformaram as identidades nacionais durante o século XX e, com isso, determinou o que seria digno de pertencer à memória social de muitos brasileiros. Esse patrimônio foi permeado em uma construção

sócio-cultural de extrema influência política e econômica, cenário em que a atividade turística também fez parte. O bem cultural transformado em monumento e atrativo cultural passou a ser considerado um mediador entre o passado e o presente, tanto no que se refere a uma dada continuidade em relação a um passado nacional compartilhado em um denominador comum, tanto para tornar-se uma possibilidade de lazer cultural dessa sociedade.

Ao buscar uma relação teórica desta práxis social contemporânea verifica-se a incipiência de um diálogo que nos permitiria refletir o tema, sob o prisma epistemológico, com ainda mais propriedade. Assim sendo, os conceitos de cultura, de tradição, de poder simbólico e de imaginário social, entrelaçados neste artigo, se apresentam ao Turismo como uma nova forma de entendimento de sua atividade e de seu conseqüente aprimoramento teórico. A partir disso, o Turismo também pode colaborar com outras áreas científicas a fim de pontuar os seus mecanismos norteadores que operam no enquadramento social contemporâneo e que interagem, necessariamente, com várias áreas do conhecimento humano. A fim de incrementar o debate das idéias, buscou-se relacionar alguns autores clássicos que fornecessem arcabouço teórico-metodológico suficiente para repensar o patrimônio e o turismo de uma maneira complexa e dinâmica.

## **2. Circularidade e hibridismo cultural**

A cultura e suas formas de representação, tal como a tradição, possuem um poder simbólico no imaginário social praticado pelo patrimônio cultural e que pode ser comercializado e consumido pela atividade turística. O fato é que o caráter representativo de uma cultura, ainda que seja, na realidade, apenas representativo mínimo dessa cultura, lida com a condição de bem patrimonial e também, muitas vezes, como atrativo para o turismo. Essas interlocuções contemporâneas se fazem presentes na composição do patrimônio cultural quando passa a incluir entre os vetores que o constituem as influências do turismo e seu possível aproveitamento em um processo econômico global.

Da Matta (2001) diz que, quando falamos de globalização, processo inerente a esta sociedade, não podemos nos esquecer de que a base do processo se funda em dois

pontos fundamentais bastante estudados pela antropologia cultural: a difusão e a aculturação. A difusão fala de um processo empírico, em que uma entidade cultural sai de um sistema e entra em outro. A aculturação se refere ao modo que um certo dado de fora é reinterpretado por um sistema, e seu significado muda porque ele pode ser redefinido em termos de cultura local.

Entretanto, em tais circunstâncias sugerimos utilizar o termo circularidade cultural para ambos os processos, tal como trabalha Carlos Guinzburg (2006) em *O queijo e os vermes*. O autor relata que existiu ainda na Europa pré-industrial um relacionamento circular feito de influências recíprocas entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas, que movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo. Desse modo, isso se opõe ao conceito de absoluta autonomia e continuidade de uma classe para outra no campo cultural.

O trabalho de Ulpiano Meneses (1996) nos conduz a um conceito em que a cultura engloba tanto aspectos materiais como não materiais e se encarna na realidade empírica da existência cotidiana: tais sentidos, ao invés de meras elucubrações mentais, são parte essencial das representações com as quais alimentamos e orientamos nossa prática (e vice-versa) e, lançando mão de suportes materiais e não materiais se produz inteligibilidade e reelaboramos simbolicamente as estruturas materiais de organização social, legimiando-as, reforçando-as ou as contestando e transformando. Vê-se, pois que, antes que refinamento e sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade.

Este mesmo autor ainda destaca quatro proposições sobre o conceito de cultura. A primeira delas refere-se à cultura como o universo da escolha, da seleção e da opção. A segunda destaca que o universo da cultura é historicamente criado, por isso os sentidos e valores que o sustentam precisam ser explicados, declarados e propostos. A terceira reforça a idéia de que o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido pelo jogo concreto das relações sociais. A quarta proposição afirma que as políticas culturais devem dizer respeito à totalidade da experiência social e não apenas a segmentos seus privilegiados.

Diante dessas proposições nos perguntamos: a experiência se sobrepõe ao objeto na construção dos valores culturais? Seria possível a cultura englobar a totalidade da experiência social? O turismo é uma forma de experiência contemporânea que se atrela

objeto histórico? Pensamos que somente após um debate intenso é possível nortear essas discussões.

O termo cultura é um termo muito utilizado nas abordagens antropológicas e foi apropriado pela Nova História Cultural. O antropólogo Malinowski (1975, p. 43) já havia definido cultura de maneira ampla, “abrangendo as heranças de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores”. Outro antropólogo que teve grande influência nessa concepção foi Clifford Geertz (1989, p. 52), que, em sua teoria interpretativa da cultura, define: “cultura é o padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida.”

Geertz (1989) considera que, sem o papel constitutivo da cultura, o homem é animal incompleto ou mal acabado e se completa graças à cultura. Sem homens não há cultura. Mas igualmente, e isto é mais significativo, sem cultura não existem homens. Esse autor reconstitui dos inúmeros conceitos de cultura um caminho até sua concepção simbólica e refere-se a uma delimitação teórica que vai além da visão tradicional e descritiva da cultura, o qual faz referência apenas à totalidade de valores, crenças e costumes de determinada sociedade em um determinado espaço. Cultura representaria, nesse caso, o estudo da interpretação dos símbolos e das ações simbólicas. Ao adotar esse conceito para esse estudo, devemos entender o patrimônio como um processo histórico em constante construção, pois este depende das apropriações que a sociedade realizada diante de tal não somente no passado, mas também no presente. Nesse sentido, o patrimônio contemporâneo pode ser reinterpretado como um símbolo que sofre, entre outros processos, a ação simbólica do turismo cultural.

Desse modo, o ser humano é um animal inserido em tramas de significações que ele mesmo realiza no presente e nas suas interpretações sobre o passado. Com base na concepção simbólica, o conceito de cultura aproxima-se de sua noção estrutural, definindo a análise cultural como o estudo das formas simbólicas, sua relação com contextos, processos históricos e sociais, pelos quais tais formas simbólicas foram produzidas, transmitidas e acatadas. Para Peter Burke (2005, p. 152), “a idéia de fronteira cultural é atraente, pode-se até mesmo dizer que é atraente demais, porque encoraja os usuários a escorregar, sem perceber, dos usos literais aos usos metafóricos

da expressão, deixando de distinguir entre fronteiras geográficas e fronteiras de classes sociais, por exemplo, entre o sagrado e o profano, o sério e o cômico, a história e a ficção”.

Observa-se, portanto, que a cultura constitui-se dos mecanismos pelos quais o indivíduo adquire características mentais, como valores, crenças ou hábitos, que lhes possibilitam participar da vida social. É, portanto, um componente do sistema social, que também inclui estruturas sociais e mecanismos de adaptação, para conservar o equilíbrio com o contexto ambiental e social (MARTINS; LEITE, 2006, p. 106).

Fica evidente também que o termo cultura não deve ser universal e homogêneo nas diretrizes que caracterizam a humanidade e basear-se somente nas fronteiras de classes. Para Pierre Bourdieu (2002) a cultura que une (instrumento de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções, compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. No entanto, pressupomos que o conceito contemporâneo de cultura não pode ser apreendido como algo fechado ou limitado a alguma tendência, mas um conceito dinâmico que circula entre as esferas sociais em um processo híbrido.

Stuart Hall (2006), na obra *Identidade Cultural na pós-modernidade*, indaga o que está tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais no fim do século XX? Um complexo de processos e forças de mudanças, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo globalização. Desse modo, Hall (2006) tenta descrever as consequências da globalização sobre as identidades culturais:

- as identidades nacionais estão desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global;
- as identidades nacionais e outras identidades locais ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização;
- as identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar.

Peter Burke (2006) relaciona o termo hibridismo cultural a fim de denominar essa tendência global. Os objetos se tornam híbridos, tais como, os artefatos, práticas e povos. Sendo assim, as coletividades são constituídas por grupos diversos, em mutação, com interesses distintos.

Nesse contexto, insere-se o turismo cultural enquanto experiência humana como mais uma atividade em expansão desse mundo globalizado e que também participa do processo de transformação da identidade cultural. Os valores sociais mudam com o tempo, e com isso, a análise do patrimônio é vista de forma diferente ao longo dos tempos pelos grupos sociais. Assim sendo, os paradigmas contemporâneos do patrimônio cultural exigem uma revisão conceitual e prática que devem estar em sintonia com tais transformações devem estar em sintonia com o estudo das tradições, sejam essas fruto de uma cultura em um dado tempo sejam com o propósito de inventá-las para o interesse do presente. Em ambos os casos a atividade turística se vincula ao ponto de proporcionar o contato entre diferentes culturas.

### **3. A autenticidade das tradições inventadas**

O conceito de cultura implica também a idéia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte em diversas localidades. Como muitas tradições podem coexistir facilmente na mesma sociedade, em um processo circular e híbrido, não é possível trabalhar a cultura como fruto somente de algo único. Para Peter Burke (2005) esse “conflito interior das tradições” indica uma disputa entre regras universais e situações específicas sempre em transformações. Em outras palavras, podemos supor que o legado ou patrimônio muda, no decorrer de sua transmissão, para uma nova geração. Por isso, podemos concordar quando Llorenç Prats (1998, p. 72) diz que “la autenticidade, en este contexto, tiene que ver nuevamente con el carater simbólico del patrimonio”. Sob este prisma até o que é considerado autêntico pode sofrer alterações, pois a autenticidade é uma invenção humana que depende da interpretação dos símbolos no tempo e no espaço. O patrimônio é uma comunicação entre os tempos humanos e a recepção da mensagem que ele transmite se dá de forma totalmente particular e nova no presente. Dessa forma, pode-se até controlar a mensagem cultural de um tempo pretérito, mas não podemos controlar a recepção no presente.

Através de uma idéia de construção, o livro de Hobsbawm e Ranger (1984, p. 111), *A invenção da tradição*, trata o período de 1870-1914 como produtor de novas tradições. O argumento utilizado, e que teve grande impacto na época, considera as

tradições “que parecem ou se apresentam como antigas são muitas vezes bastante recentes em suas origens, e algumas vezes são inventadas”. Hobsbawm (1984) entende a “tradição inventada” como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, o homem tenta estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Ao se utilizar das tradições, o turismo de visitação a locais considerados históricos cria prática próprias que se diferenciam das já estabelecidas e que passam a ser incorporadas na experiência patrimonial como um todo. A diferença entre essas tradições é nítida para Hobsbawm (1984), o qual afirma que práticas sociais antigas são específicas e altamente coercivas, enquanto as inventadas tendem a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, dos direitos e das obrigações que procuram inculcar nos membros de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar”, e assim por diante.

O aspecto final é a relação entre “invenção” e “geração espontânea”, planejamento e surgimento. [...] As “tradições inventadas” têm funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não pudessem adquirir. Porém, até que ponto elas serão manipuláveis? É evidente a intenção de usá-las, aliás, freqüentemente, de inventá-las para a manipulação; ambos os tipos de tradição inventada aparecem na política, e primeiro principalmente (sociedade capitalistas) nos negócios (HOBBSAWM, 1984, p. 315).

Apesar deste autor não se dirigir especificamente ao Turismo e a seu ramo de atividade, podemos entender que determinadas tradições são incorporadas no seio da sociedade capitalista para fins de comercialização ou por estigma social. Nesse sentido, podemos relacionar que diversos atos simbólicos realizados por turistas representariam um contato com o passado e sua tradição, mas que não necessariamente tenham sido construídos e analisados pela História. Dentre esses atos simbólicos proporcionados pelo setor de turismo, destacam-se passeios de carruagens, fotos com indumentárias antigas, visitas às cidades coloniais e, inclusive, percorrer percursos que tenham supostamente um valor histórico para um país ou uma localidade.

A atividade turística seria, nesse caso, uma maneira de o sujeito se relacionar com um passado distinto dos historiadores, posto que o passado pode se apresentar

apenas como subterfúgio do presente e como uma ferramenta de lazer contemporâneo em um cenário de tradições inventadas, mas tidas como antigas. A narrativa histórica no turismo tem mais a ver com o que é pitoresco e relaciona-se a uma experiência de lazer e contemplação. Sem descartar essa concepção, pressupomos por meio da ideia de circularidade cultural, que o turismo cultural proporciona ao patrimônio um diálogo com o presente e, dessa maneira, as novas apropriações sociais e sua recepção devem ser também reinterpretadas pelos próprios historiadores.

Em algum momento os rituais e as praticas coercitivas foram inventadas pelo grupo para manter sua coesão e garantir a sua sobrevivência no passado. As tradições que inventamos agora nos preparam para a convivência no mundo globalizado, o que as tornam menos rígidas. Mesmo com todas essas praticas mais genéricas, ainda são muitos os conflitos entre os grupos de origem cultural diversa. O turismo não passa ao largo disso, posto que é visto e interpretado como parte do processo de reconstrução dessa nova sociedade globalizada. Os ataques terroristas, por exemplo, se dirigem a diferentes equipamentos turísticos ou a locais que são valorizados pela sociedade enquanto atrativos turísticos culturais.

Nesse contexto, encontramos no trabalho de Hobsbawm (1984) possíveis explicações para a utilização do passado, enquanto tradição, pelo tempo presente e inclusive para o turismo. O autor constata que as tradições inventadas são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. Para esse autor, o objetivo das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade, diferenciando-se do “costume” nas sociedades tradicionais em que este pode mudar até certo ponto e das “regras” que são reconhecidas pelos padrões de integração social devido à origem pragmática.

Ainda sim, devemos refletir a discussão do termo tradição, visto que para Robertson (2001), é preciso considerar que muitas sociedades que os sociólogos rotulavam como sendo sociedades (comunais) tradicionais, na verdade não tinham um sentido definido de, ou mesmo uma palavra para, tradição. É por isso que o termo *habitus*, proposto por Pierre Bourdieu, o qual concebe a identidade como produto de um trabalho social que provém de uma linha de demarcação mística, reconhecidas por todos

e instituída em uma lei social incorporada e torna um *habitus*. Possivelmente, esse conceito tenha mais valor do que se tem frequentemente rotulado de tradição.

O fato é que o estudo da invenção das tradições é interdisciplinar. É um campo comum a historiadores, a antropólogos sociais e a vários outros estudiosos das ciências humanas e sociais aplicadas, inclusive turismólogos, e não pode ser adequadamente investigado sem tal colaboração. Burke (2000) propõe relativizar a noção tradicional de tradição para adaptação, assim como o reconhecimento às idéias da teoria da “recepção”. A variedade presta eloquente testemunho à fragmentação do mundo acadêmico atual. Também revela uma nova concepção de cultura como bricolagem, em que o processo de apropriação e assimilação não é secundário, mas essencial. Nesta direção, incorporamos a disciplina Turismo como ferramenta analítica da atividade turística e, ainda, propomos integrá-la com a História para a compreensão das práticas e representações dos processos históricos que são ali utilizados para a contemplação e fruição da experiência turística.

A multiplicidade das tradições populares e de suas experiências não pode ser reduzida a um denominador comum que forneça aos profissionais do patrimônio histórico referenciais, abstratos e genéricos sobre o que deve ser considerado preservável. O patrimônio nos faz refletir sobre as diferenças internas entre os movimentos e grupos: diferentes modalidades de organização têm por consequência o desenvolvimento de formas específicas e registros diferenciados (BURKE, 2005).

Para exemplificar as relações estabelecidas pela tradição entre as “pedras” e os “homens”, Halbwachs (1990) descreve que um homem a passeio, em meio a quarteirões novos, surpreende-se ao encontrar arcaicas ilhotas. Hospedamo-nos nos velhos hotéis que datam do tempo das diligências porque simplesmente estão num lugar que sempre se destaca na memória dos habitantes. Nesse sentido, para esse autor, perder esse lugar é perder a tradição que os ampara a sua razão de ser. Como visto, estudar as diversas tradições é algo complexo, entretanto a sua perda se torna ainda mais difícil, pois envolve os aspectos psíquicos da memória humana, o que, muitas vezes, independe do caráter de autenticidade de cada tradição, dependendo dos símbolos representativos na sociedade. Desse modo, o autêntico estaria vinculado à experiência humana e suas interpretações no tempo e no espaço.

O trabalho de Henrique Figueiredo Carneiro (2006) indica que ceifar um ícone do patrimônio material acarreta danos que podem ser causados à estrutura do eu-cidadão. Ninguém paga por esse crime, na medida em que não se pensa na dimensão de sofrimento que se pode causar, muitas vezes passivamente, ao cidadão, quando ele se depara com o nada. Para o autor, se não houver ritual de passagem de uma posição a outra, o que pode ocorrer mais frequentemente é a vivência cidadã de uma posição melancólica, uma espécie de postura similar a um morto-vivo, que não consegue dar um fim àquilo que, por muito tempo, significou um bem material similar a um objeto o qual, mesmo não existindo, joga sua presença no espaço fantasmagórico do sujeito.

Cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas provenientes do passado e dos resultados daquelas que conservam maior relação com as forças do presente e podem dar suporte ao desenvolvimento do grupo. Nesse fato, o turismo teria um papel fundamental no patrimônio ao difundir e transformar a cultura em suas adaptações múltiplas em um dado local e pelos que ali circulam em um determinado tempo.

Contanto, ao trabalhar a idéia de tradição, costuma-se situar o patrimônio com o objetivo de perpetuar culturas, já que estas fornecem parâmetros sociais de uma dada época. Apesar das distinções didáticas ou semânticas dos termos referentes ao patrimônio cultural, podemos considerar que a representatividade desse patrimônio e de suas tradições se dá por meios dos símbolos incorporados pela sociedade. Por representação e/ou simbolismo, Chartier (1990, p. 19) apresenta a definição de Ernst Cassirer:

A função simbólica (dita de simbolização ou de representação) é uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos lingüísticos, das figuras mitológicas e da religião, quer dos conceitos do conhecimento científico. A tradição do idealismo crítico designa assim por “forma simbólica” todas as categorias e todos os processos que constroem “o mundo como representação”.

Consideramos aqui a possibilidade do homem possuir um caráter social em que toda cultura é uma invenção, algo imaginado por alguém ou por um grupo, que circulou nas demais esferas por meio dos símbolos que foram vinculados e incorporados àquela cultura. Em um contexto de complexidade mundial, temos que aprender a conviver com a ambigüidade da autenticidade e da invenção baseados não somente no objeto, mas

sim, na experiência humana. Desse modo, cabe ao historiador compreender essas ações simbólicas no tempo e cabe ao turismólogo atender aos anseios sociais no espaço, representado pelo patrimônio e pela prática moderna do turismo cultural. A dificuldade se dá em como articular esses exercícios, em um contexto híbrido, para o desenvolvimento das experiências humanas em suas várias formas de representação do real.

#### **4. Os poder dos símbolos no imaginário social**

O homem é um animal que constitui, por meio de sistemas simbólicos, um ambiente artificial em que vive e o qual é, continuamente, transformado. A cultura é propriamente um movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente que está em constante circulação. A atividade turística incorpora esses elementos e os representa para a sociedade. Nesta lógica, o turismo propriamente dito estaria atendendo aos anseios de apropriação cultural dentro do imaginário simbólico contemporâneo.

Com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar. Assim, para Bronislaw Baczko (1985, p. 309), “o imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida *colectiva*. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais”.

O poder simbólico é fruto da análise de Bourdieu (2002, p. 8), que o situa “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” Utilizando essa perspectiva, podemos inserir os símbolos como instrumentos da integração social, na qual se percebe que o patrimônio legitimado pelo Estado pode conter uma função política de instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Também indica as diversas apropriações sociais de símbolos que foram necessárias para a composição do imaginário humano de cada época. Dessa forma, situamos:

[...] o poder simbólico como poder de constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a *acção* sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2002, p. 14).

O mesmo autor argumenta que, para o rompimento da passividade empirista que não passa de construções do senso comum, é preciso construir um sistema coerente de relações que deve ser posto à prova. A História concebida dessa maneira não está inspirada por um interesse de antiquário, mas sim preocupada em estudar porque se compreende e como se compreende. Neste contexto, podemos dimensionar a importância do Turismo em estudar as apropriações realizadas pela atividade turística no espaço e da História em representá-las no tempo.

Não obstante, a cultura seria o referencial básico para o estudo do comportamento do homem dentro de um grupo. Os simbolismos desse grupo, como a arte, a linguagem, os gestos, etc., são uma dinâmica de construção de transmissão e renovação da cultura. Posto assim, a cultura constitui uma forma de explicação dos fenômenos contextuais. É resultado da invenção social e é transmitida e apreendida somente por meio da comunicação e da aprendizagem (MARTINS; LEITE, 2002).

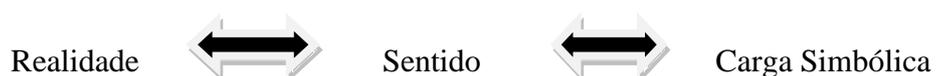
A ideia de representação defendida por Bourdieu (2002, p. 112), a qual depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento, contribui para refletirmos sobre as práticas simbólicas de cada cultura.

[...] a procura dos critérios *objectivo* de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios são *objecto* de representações mentais, quer dizer, de *actos* de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações *objectuais*, em coisas ou em *actos*, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.

O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendam dar uma definição da realidade, mas não são expressões literais desta mesma realidade. De acordo com o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, reporta-se

a outra ideia e a evoca como não explícita e não presente. Este processo envolve a relação que se estabelece entre significantes (palavras, imagens) e significados (representações, significações), embutidos em uma dimensão simbólica. “o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas” (PESAVENTO, 1995, p. 24). Contudo, verificamos tais representações no patrimônio cultural que exerce sua prática pela atividade turística, e em ambos os casos, tanto no patrimônio como no turismo, o imaginário social participa e modifica o processo de reconstrução do passado e sua reutilização para o presente.

Em outra obra para compreender a função dos símbolos no imaginário social, diante da produção historiográfica, *Imaginação Simbólica* de Gilbert Durand (1964) insere-se o símbolo como caráter não reducionista, mas como complementação, em espiral e redundância. No entanto, segundo o autor, essa percepção depende da sociedade em que a análise do imaginário social é utilizado. Ao considerarmos a sua Teoria Geral do Imaginário, nota-se que as funções do imaginário simbólico passam por ver o símbolo como sentido distinto entre o Ocidente e o Oriente, mas que o homem é um animal simbólico e reduz o seu universo por meio dos símbolos criados. A fim de tal entendimento, pensamos na seguinte lógica para estudar o imaginário, através da qual a carga simbólica torna-se uma maneira para compreender a realidade no caminho inverso, o qual pode ser esboçado da seguinte forma:



O estudo de José Murilo de Carvalho (1990) considera que elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias, utopias, símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos.

Entre a concepção de cultura, as formas de representações a tradição, pressupomos que as imaginações simbólicas se interagem com a memória humana e compõe os sentidos tidos como reais da vida social. De acordo com Camargo (2002), o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuímos a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

## **5. Proposições Finais**

Para o entendimento teórico do patrimônio e sua relação com o turismo propusemos agregar o conceito da invenção das tradições de Eric Hobsbawm e do poder simbólico de Pierre Bourdieu. Por meio destes, refletimos que o próprio entendimento da memória se dá por diversas tradições que foram concebidas para ter exatamente este fim, ou seja, alguns grupos da sociedade inventaram o que seria conveniente integrar a memória social do futuro. Para tanto, utilizaram-se de diversos recursos simbólicos embutidos na sociedade, tais como, a religião, a morte, o nacionalismo e, nesses tempos, a própria atividade turística. Assim, elementos de forte conteúdo simbólico com poder de comoção social auxiliaram nesse processo e, ainda, forneceram suporte para a construção identitária de uma dada nação, região ou localidade. Entretanto, esse processo está em constante circulação entre as esferas sociais que se articulam no tempo e no espaço.

Além disto, o patrimônio cultural somente atingiu esses objetivos quando esteve presente no imaginário social e coletivo. O imaginário é perscrutado através de singularidades que trazem a universalidade em seu bojo. Os valores, como construções históricas e sociais, remetem ao imaginário coletivo e, por meio deste, se estabelece a lógica patrimonial do mundo contemporâneo. Para tanto, utilizamo-nos de Baczkó (1985) quando nos faz crer que os poderes constituídos do lugar atribuem a si próprios no campo simbólico, o qual mantém dispositivos de repressão que se veem no caráter imaginário dos bens protegidos, tal como, os museus. Esses poderes, ao produzirem um sistema de representação, traduzem e legitimam a sua ordem. Qualquer sociedade

instala guardiões de seu sistema, que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos. A concepção de cultura analisada aqui foi, portanto, um estudo do código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura, mas com diferentes formas de representação.

Embora haja a percepção de que a experiência patrimonial, no Brasil, tenha sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos, podemos dizer que outros elementos que ainda lhe são importantes podem ser repensados e outras formas de uso podem ser lhe atribuídas. Talvez seja pertinente recomendar uma ideia de patrimônio que considere os seus usos sociais no tempo e no espaço e não se atenha apenas a uma atitude defensiva da memória e da identidade. Para isso, apoiamo-nos em Walter Benjamin (1994), quando diz que o autêntico é uma invenção moderna e transitória.

O reconhecimento do direito do passado está intimamente ligado ao significado que damos a este no presente. Este último está relacionado aos seus riscos de diversidade, à ambigüidade das lembranças e seus esquecimentos, e até mesmo, às deformações de conteúdo que tenham origem na experiência turística realizada por membros da sociedade enquanto turistas em contato com o patrimônio. Para tanto, enfatizamos que o passado também foi concebido de acordo com os interesses, os equívocos ou os acertos dos que o construíram em outros tempos.

No entanto, se o que pensamos não é uma trajetória linear do tempo, também não é uma série de descaminhos históricos para o patrimônio cultural representar-se. A ideia que também se expressa aqui, é que o patrimônio cultural carece de uma constante reconstrução histórica para que os seus mitos possam representar para a sociedade como algo além dos seus próprios símbolos, constituindo um fator de cidadania por meio do conhecimento histórico crítico temporal. Entretanto, não se pode retirar do patrimônio algo que lhe faz existir: o caráter emotivo embutido na prática do turismo que penetrou no imaginário coletivo e social dessa sociedade.

A percepção dos tempos que vão para além do acontecimento ou do fato passado é o que aproxima a História de várias outras disciplinas sociais e, nesse caso, permite pensar em uma aproximação, também, com a disciplina do Turismo, compondo uma nova leitura do processo teórico do patrimônio cultural. Os artefatos humanos

construídos no passado são objetos de fruição e de lazer da atividade de turismo cultural no presente. Em uma abordagem interdisciplinar, propomos, aqui, que a reconstrução do passado realizada pela História se apresente como fonte de pesquisa para reutilização do patrimônio cultural pela atividade turística. Isto não significa dizer que os objetos de contemplação dos atrativos culturais devam ter uma nova concepção simbólica no imaginário social, mas, sim, compreender porque eles já existem e se transformam com o tempo.

A ideia não é aproximar a atividade turística do real, mesmo porque o turismo faz parte de uma cultura humana que busca se “distanciar de si mesmo” pelo imaginário social. O pressuposto teórico seria entender as razões pelas diversas apropriações do passado, desde a invenção de uma tradição até a incorporação de mitos do passado, em um caminho pelo qual a História reflete as representações desse processo histórico e o Turismo se utiliza disto para melhor compreender a atividade e o comportamento dos turistas e da própria comunidade receptora. A reconstrução do passado e a sua reutilização pelo Turismo no patrimônio cultural possuem aspectos ligados a tradição e seus símbolos que, se percebidos como importantes para a identidade e para a memória de uma dada sociedade, em um movimento cultural circular e híbrido no imaginário social, passam a ser objetos de contemplação e crítica por essa sociedade baseado no desenvolvimento das experiências humanas e suas formas de representação.

Para formular propostas para os atrativos culturais em vistas à reconstrução do passado e sua reutilização no presente é mister trabalhar em um sentido interdisciplinar com a História e o Turismo. Justificamos isso pela ideia de que assim como a atividade turística, o patrimônio cultural também é uma invenção e uma construção social. Neste discurso, é preciso deslocar a ênfase tradicionalmente dada aos objetos materiais para a relação de interdependência destes com a sociedade, como instrumentos de construção social e simbólica de identidades e memória ao longo do tempo.

A perspectiva histórica sucumbida ao estudo do imaginário, das tradições e do poder simbólico indica novos caminhos que, em especial, a História Cultural vem abrindo para as interfaces com o patrimônio. Paralelamente, o campo do Turismo vem se reconstruindo em uma perspectiva que busca o equilíbrio entre os elementos que o exaltaram enquanto atividade, geração de emprego e renda, e uma visão crítica que desconsidera quaisquer benefícios oriundos da sua atividade e de seus profissionais.

As reflexões contidas nesse artigo podem servir como base teórica para as pesquisas no campo do Turismo, essencialmente, quando relacionadas aos aspectos históricos, antropológicos e sociais de uma dada comunidade. Se assim for, dar-se-ia a devida complexidade ao tema frente às pesquisas eminentemente empíricas, por vezes relacionadas à área, considerando que tais dados devem se vincular a uma ou mais teorias que dêem conta da realidade cultural imaginária e simbólica da atividade turística em uma lógica interdisciplinar.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, B. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. Volume 5.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000..

BENJAMIN, W. **Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**". Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. V. 1. (Obras escolhidas).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

CAMARGO, H. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARNEIRO, H. Banalização do patrimônio cultural material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2002.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand, 1990.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001.

DAMATTA, R. Globalização e Identidade Nacional: considerações a partir da experiência brasileira” In: MENDES, C. (Coords.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1964.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomás Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.) **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARTINS, C.; LEITE, L. Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial”. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

MENESES, J. N. C. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte,: Autêntica, 2004.

MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: YASIGI, E. (org.). **Turismo, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, no. 29, 1995, pp. 9 – 27.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. **Política y sociedad**. Madri, 27, 1998. pp. 63-76.

ROBERTSON, R. Valores e globalização: comunitarismo e globalidade. In: MENDES, C. (Coord.). **Pluralismo cultural, identidade e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 1977. 3a. edição.